

Literatura e censura: do passado ao presente

Literature and censorship: from past to present

Brenda Rosa Vasconcelos dos Reis

Instituto Federal de Roraima

Alex Rezende Heleno

Instituto Federal de Roraima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7533-801X>

Resumo: A pesquisa tem por finalidade refletir sobre momentos da censura a livros em diferentes períodos da história. Para a contextualização dos fatores que levam à censura de obras literárias, será feita uma síntese de três momentos: a Inquisição, o nazismo e a ditadura militar no Brasil, que será discutida, sobretudo, a partir dos trabalhos de Sandra Reimão. Esse último acontecimento será mais detalhado em virtude dos reflexos que ainda produz no contexto sociopolítico brasileiro do século XXI. Algumas hipóteses para as tentativas recentes de censura a obras literárias serão investigadas: a presença expressiva de militares na política, nos últimos anos; as falácias relacionadas ao projeto “Escola sem partido”; a forte presença da ideologia religiosa na sociedade e a circulação de notícias falsas sobre o papel da escola na formação do cidadão. Essa discussão terá como base, principalmente, os estudos de Gaudêncio Frigotto. Ao final deste trabalho, espera-se contribuir para a discussão sobre os perigos da censura e os riscos à liberdade e aos direitos garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela Constituição Federal.

Palavras-chave: Ditadura; Militarização; “Escola sem partido”; Notícias falsas.

Abstract: The research aims to reflect on moments of book censorship in different periods of history. To contextualize the factors that lead to the censorship of literary works, a synthesis of three moments will be made: the Inquisition, Nazism and the military dictatorship in Brazil, which will be discussed, above all, based on the works of Sandra Reimão. This last event will be more detailed due to the effects it still produces in the Brazilian sociopolitical context of the 21st century. Some hypotheses for recent attempts to censor literary works will be investigated: the significant presence of the military in politics in recent years; the fallacies related to the “School without a (political) party” project; the strong presence of religious ideology in society and the circulation of false news about the role of schools in the formation of citizens. This discussion will be based mainly on the studies of Gaudêncio Frigotto. At the end of this work, we hope to contribute to the

discussion about the dangers of censorship and the risks to freedom and rights guaranteed by the Education Guidelines and Bases Law (LDB) and the Federal Constitution.

Keywords: Dictatorship; Militarization; “School without a (political) party”; Fake news.

Introdução

A literatura se constitui por temáticas diversas e, muitas vezes, se apresenta como contestação acerca de diferentes temas ligados à sociedade. Do passado ao presente, em tempos sombrios ou em tempos de democracia, a obra literária enfrenta desafios. A sua temática humana, questionadora e crítica pode incomodar aqueles que estão no poder e que apresentam tendências autoritárias e fundamentalistas, tendo em vista que em muitos escritos se relata justamente os desafios da sociedade contra a falta de liberdade, contra a censura e contra o conservadorismo social, político e religioso.

A história, igualmente questionadora, é fundamental para entender o passado, entender os reflexos do passado no presente e alertar o cidadão quanto aos perigos da censura, da opressão e da barbárie. O passado de Inquisição, de nazismo e fascismo e de ditadura não deve ser esquecido, haja vista a sanha humana pelo poder, pelo controle e pelo autoritarismo e as constantes tentativas de se reproduzir tais barbáries.

Conhecer as funções e a importância da literatura é, portanto, essencial na defesa da liberdade de escrita, de expressão, defesa da própria escola – que deve ser um ambiente plural de aprendizagens, de ensino, de pesquisa e de divulgação da cultura, do pensamento, da arte e do saber – e para a garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal, ela própria atacada constantemente por uma onda de mentiras e de ignorância veiculadas e amplificadas pelas novas tecnologias da comunicação. A literatura e a pesquisa de obras literárias, aliadas aos estudos da história, são bases para a formação cidadã.

Nesse sentido, a presente pesquisa será desenvolvida com base nesses eventos históricos e por meio de uma leitura comentada de *Poemas Escolhidos*, de Ferreira Gullar, buscando entender as tentativas de censura à literatura na atualidade. Este trabalho, apoiado, desse modo, na contextualização e no estudo de períodos históricos em que livros foram, também, censurados e por vezes

queimados, de modo a recuperar essa memória trágica e alertar para que tais acontecimentos não se repitam.

1. A Inquisição

O século XXI se inicia com grandes desafios para as democracias. Para entendermos esses desafios ligados, sobretudo, à censura de obras literárias será necessário buscar na história momentos em que o moralismo religioso e o autoritarismo de governantes impediram a livre publicação e circulação de textos literários.

Estudar diferentes períodos históricos relacionados à censura será oportuno para entendermos como funcionou o silenciamento à crítica e como alguns argumentos foram sendo construídos para obter o apoio da própria sociedade. O primeiro contexto a ser pensado será o da Inquisição e o da circulação de textos durante a Idade Média. Portanto, com relação à censura naquele momento, Maria Inês Nemésio aponta para a facilidade do controle sobre os textos, tendo em vista a circulação restrita destes. Esse contexto será modificado com a invenção da imprensa:

A motivação imediata para a organização e exercício da censura adveio com a invenção da imprensa por Gutemberg de Mogúncia no ano de 1436. A invenção da imprensa foi uma verdadeira revolução cultural. Durante a Idade Média, tinha sido fácil vigiar e censurar as produções intelectuais: os manuscritos eram raros e caros; as teorias consideradas perigosas não se podiam propagar nem depressa nem de longe (Nemésio, s.d., on-line).

Assim, a história nos mostra que a relação entre a Igreja e o Estado passou por momentos de unificação e de rompimento, mas nunca houve uma separação total entre essas esferas de poder. Durante a Inquisição, a unificação permitia que a Igreja exercesse poderes de Estado sobre a sociedade. O controle era exercido sobre comportamentos e costumes e os livros não escapavam à fiscalização. Na história do Brasil e de Portugal, desde o século XVI, a publicação de listas de livros proibidos regulava o acesso a obras de autores que eram considerados divulgadores de ideias contra a fé e contra os costumes.

Com relação a Portugal, país que foi visto como exemplo na organização de mecanismos de censura, Nemésio pontua alguns fatos importantes para se entender as motivações que levaram à censura a livros, além de indicar o início da publicação de listas referentes a livros proibidos:

Neste sentido, o Infante Inquisidor-Geral, em 28 de Outubro de 1547, assinou uma carta dizendo que para pôr cobro à entrada em Portugal de livros de autores hereges, suspeitos e «danados», mandava publicar a lista dos livros defesos que indica quais os que não podiam ser lidos nem impressos novamente sem serem examinados e autorizados pela Inquisição. Assim surgiu o primeiro rol de livros proibidos, manuscrito, que posteriormente designaram por Prohibicam dos liuros defesos (Nemésio, s.d., on-line).

A forte aliança que se estabeleceu entre a Igreja (na figura do Papado) e o Reino Português (que já tinha um espírito de censura, mesmo antes da Inquisição, como forma de proteger o regime) explica o fato de a Igreja ter sido utilizada para legitimar o poder político moldando, assim, a consciência da proibição e do silenciamento.

Silvia Cortez Silva, em seus estudos sobre a censura a palavras, trechos, páginas e mesmo a censura à circulação do livro, em Portugal, mostra que houve a publicação de listas de livros defesos, de autores hereges. Desse modo, “Institucionalizada a política do medo, do temor, da suspeição, o cérebro emudece, a pena se recolhe. Agindo como uma hidra, o pensamento seja ele de qualquer natureza, é sufocado.” (Silva, 1996, p. 140). A autora aponta para o fato de que:

O problema da institucionalização da Censura não pode ser reduzida [sic] ao número de livros que proibiu, nem nos pensadores que intimidou, mas na sua notável influência em produzir uma sociedade de mutilados mentais, na formação de uma mentalidade preconceituosa, conservadora, refratária à idéia de progresso que seria a característica ao longo dos séculos da nação lusa (Silva, 1996, p. 141).

Já no contexto brasileiro, os mecanismos de censura, já desenvolvidos em Portugal, também foram utilizados e intensificados na colônia, como medida para enfraquecer o desenvolvimento da nação e coibir possibilidades de independência. Assim, de acordo com Rossana Britto:

A história do Brasil mostra que a liberdade de expressão que prevalece hoje é um hiato no interior de um oceano imenso de censura. Do descobrimento à chegada da família real portuguesa, em 1808, se proibia não apenas a circulação de jornais, livros, tipografias e até a criação de cursos superiores eram rigorosamente vetados (Britto, 2015, p. 122).

Em uma análise sobre as mentalidades e a Inquisição no Brasil colônia, Ronaldo Vainfas relaciona a perseguição à cultura e às moralidades

populares, pela Igreja Católica e pelas Igrejas reformadas, aos processos fundamentais da modernidade: "A Inquisição pertenceu, nesse sentido, ao que Jean Delumeau chamou de longo processo de culpabilização e aculturação que os 'diretores de consciência' levaram a cabo no Ocidente durante os tempos modernos". (Vainfas, 1988, p. 171)

Embora seja constitucionalmente laico, a relação entre religião e Estado, no Brasil, demonstra haver interferência entre eles. Tais interferências são ainda resquícios desse passado de Inquisição e censura, que, como aponta Felipe Martins Pinto, ao disseminar o "medo generalizado, impunha uma forma única de visão de mundo, de estruturação dos poderes oficiais e de estratificação social, escoradas em argumentos religiosos." (Pinto, 2010, p. 191). O autor aponta, ainda, para o fato de que: "A religião, a moral e o direito estavam visceralmente ligados, amalgamados e, dessa forma, havia a interferência de dogmas e de argumentos de matizes divinas na própria estruturação jurídico política do Estado, cujas ações passaram a gozar de uma 'legitimação eclesiástica'." (Pinto, 1996, p. 194)

A longa duração da Inquisição deixa como resultado o silenciamento, o medo de se falar abertamente de determinados temas, tendo construído tabus sociais e controles morais sobre a sociedade: "A Inquisição atuou em Portugal entre 1536 e 1821, embora com ritmos repressivos diferenciados, dotou-se de uma série de mecanismos que lhe permitiram o controle social e mental da sociedade." (Britto, 2015, p. 113).

No Brasil contemporâneo, a interferência de algumas igrejas no controle social e nas mentalidades, e a fragilidade da laicidade do Estado, fazem com que essas interfiram nas discussões políticas próprias do Estado. A visão religiosa, muitas vezes preconceituosa e conservadora, impede discussões de temas importantes para a sociedade. Além disso, a exorbitante disseminação de notícias falsas tem contribuído para reforçar o moralismo religioso, causar o medo e silenciar vozes discordantes.

2. O nazismo e o fascismo

Outro momento conturbado pelo qual passou a humanidade, e que tem relação com a censura à literatura, foi o período em que o fascismo

e o nazismo chegaram ao poder na Europa (na Itália em 1922 e na Alemanha em 1933). Paula Brasil aponta algumas motivações que levaram e, ainda levam, à censura de livros ao longo da história:

Por ser o livro um instrumento de poder, ele é sempre um alvo certo de regimes ditatoriais. Através da censura, seja ela, velada ou explícita, são realizadas tentativas de controle desse conhecimento. Pode ocorrer de maneira 'pacífica', sendo feita através de ordens de proibição da circulação de determinado conteúdo, ou de maneira violenta, como por exemplo, a destruição física do livro. Em ambas a intenção é a mesma - evitar a disseminação de informações indesejadas por quem está no poder (Brasil, 2016, p. 12).

Sobre o nazismo e o fascismo, a autora nos apresenta uma breve definição acerca do período sombrio em que esses movimentos se intensificaram na Europa e relata como se exercia a influência e o controle sobre a sociedade: "O nazismo (contração de nacional socialismo) é o nome dado pelo regime fascista que tomou conta da Alemanha no período de 1933 a 1945. " (Brasil, 2016, p. 24). Paula Brasil completa a informação, trazendo a seguinte citação quanto ao que se entende por fascismo: "[...] sistema de governo com poder fortemente centralizado, não admitindo oposição ou crítica, controlando todos os assuntos da nação (indústria, comércio, etc.) e estimulando o nacionalismo agressivo e (não raro) anticomunista" (RODEE; ANDERSON; CHRISTOL, 1959, p. 51 *apud* Brasil, 2016, p. 24).

É dentro desse contexto que se alcança o controle sobre a sociedade e sobre a cultura, transformando instituições, até então democráticas, em agentes de propagação da ideologia autoritária vigente. Instaura-se, desse modo, uma ilusão de liberdade, porém produz como consequência e resultado o silenciamento das vozes discordantes e o apagamento da cultura alvo da censura ideológica. A estratégia do regime nazista era, portanto, fazer com que as lacunas deixadas pelas obras censuradas fossem substituídas por livros que estivessem de acordo com a ideologia considerada adequada pelo regime.

A "limpeza cultural" proposta pelos alemães é um exercício de controle sobre as mentalidades, inicialmente, para que haja aceitação e para que se convença da necessidade de eliminação da cultura do outro e, em seguida, para que a própria sociedade seja cúmplice das atrocidades: "Para os nazistas, era importante ir mais fundo, começando com a rejeição e eliminação do que já existisse desse

passado cultural judaico que impregnava a vida cultural da Alemanha. Em abril do mesmo ano [1933], já começaram a surgir manifestações do desejo dessa 'limpeza' cultural. " (Brasil, 2016, p. 41)

O período de agravamento da censura com a queima de livros conta inclusive com a participação de estudantes, o que mostra o quanto o nazismo trabalhou para convencer a sociedade dos perigos representados pela cultura dos judeus, considerados inferiores e inimigos dos alemães. Os argumentos em defesa da pátria, da moral, dos costumes e da família direcionavam os ataques contra bibliotecas, universidades e outras instituições do conhecimento.

Paula Brasil cita, também, Knuth (2003) acerca da manipulação produzida sobre os estudantes: "'[...] foram os estudantes que foram manipulados a liderar a queima de livros através da apreensão dos livros das prateleiras de suas próprias universidades'. ". O autor continua dizendo que "'Enquanto projetada para parecer como uma repudição espontânea por uma juventude ultrajada por tudo que estivesse espiritualmente doente, foi na verdade uma organizada, e administrativamente ditada 'pira funeral do intelecto'"(KNUTH, 2003, p. 95 *apud* Brasil, 2016, p. 43-44).

Outro argumento utilizado para justificar a "limpeza cultural" era a crença de que se estava salvando as crianças de uma literatura obscena. O governo estaria protegendo as crianças e esse fato despertava a participação da sociedade a contribuir nessa proteção. Foi uma estratégia para tornar ainda mais rígido o controle sobre as publicações.

A autora Denise Rollemberg também nos apresenta um resumo do que foi o período nazista na Alemanha:

Fogueiras de livros queimavam séculos de cultura. Obras de arte eram retiradas dos museus. [...] Desencadeou uma vigorosa política de nazificação da família e da educação. Entre consentimento e coerção (Gellately: 2011), criou-se um sistema que conquistou o apoio da maioria, reservando a polícia política (Gestapo), o Tribunal Especial, os campos de concentração e de extermínio aos excluídos por raça, posição política e comportamentos individuais, supostamente lesivos a uma germanidade idealizada. [...] A história foi substituída pela 'mitologia' (Rollemberg, 2017, p. 371-372).

Ao dizer que a história foi substituída pela 'mitologia', notamos como a estratégia de nazificar a família e a educação convenceu os alemães de que havia um perigo a ser enfrentado. A propaganda nazista,

através das mentiras divulgadas e do medo provocado, conseguia o apoio da sociedade. Desse modo:

[...] o fascismo e o nazismo promoveram revoluções de direita no contexto do entre-guerras. Perpetraram autênticas cirurgias no campo da cultura dos respectivos países, combinando propaganda e perseguições; destroçaram os sistemas jurídicos e as instituições democráticas de representação política (mais na Alemanha do que na Itália); redefiniram radicalmente o conceito de cidadania por meio de exclusões, expropriações e interdições às minorias, reservando os direitos civis somente àqueles que preenchiam os critérios individuais para desfrutá-los, desde que observassem as regras estatais; imiscuíram-se profundamente na vida privada das famílias e indivíduos, fossem os perseguidos, fossem os apoiantes aos quais se reservava uma cidadania excludente. Ambos levaram à guerra mundial que destruiu física e moralmente a Europa, mudando o rumo da história do continente e do mundo (Rollemborg, 2017, p. 373).

Ao analisar o contexto nazista, Gérard Raninovitch, em suas notas críticas à obra *Modernidade e Holocausto*, de Zygmunt Bauman, aponta para a relação existente entre progresso e barbárie e destaca a seguinte passagem do texto de Bauman: “ ‘O composto mortífero era feito de uma mistura de ambição tipicamente moderna visando redesenhar e reconstruir a sociedade, e de uma concentração tipicamente moderna de poder, de recursos e de competências administrativas’ (p.135). ” (Raninovitch, 2003, p. 307). Ainda de acordo com Raninovitch, havia uma técnica nazista, constituindo um “[...] *modus operandi* com o qual os nazistas ao mesmo tempo asseguraram a sua dominação, estupefizeram as massas, confundiram seus adversários, sideraram suas vítimas [...]. ” (Raninovitch, 2003, p. 316) A constatação de Raninovitch pode parecer assustadora, contudo, é um alerta para a sociedade. Ao citar Bauman, o autor compartilha a inquietação “diante do fato de que nenhuma das condições sociais que tornaram Auschwitz possível verdadeiramente desapareceu e que nenhuma medida eficaz foi tomada para impedir essas possibilidades e esses princípios de produzir outras catástrofes da mesma natureza’.” (Bauman, p. 37 *apud* Raninovitch, 2003, p. 320). Raninovitch conclui que “Uma nova reunião proporcional ao que foi a quimera nazista não está, com efeito, de modo algum excluída. As suas possibilidades permanecem, ou até mesmo se reforçam. Qualquer que seja a *vestimenta* semântica e postural sob as quais elas poderiam se realizar” (Raninovitch, 2003, p. 320).

Esse início do século XXI, com o aparecimento de governos autoritários e afeitos a movimentos ditatoriais e supremacistas, confirma-nos a angústia partilhada entre Raninovitch e Bauman. A estratégia fascista se reveste de uma semântica e de uma postura aparentemente democrática para atacar a própria democracia. Discurso de ódio proferidos por altas autoridades, sob a suposta liberdade de expressão, que foi banalizada nos últimos anos, atenta contra os outros poderes do Estado; atenta também contra a escola e contra professores ao disseminar notícias falsas sobre “doutrinação” e sobre “ideologia de gênero”. Trata-se de uma forma de governo que incentiva direta ou indiretamente a perseguição, a censura e o silenciamento de vozes discordantes.

A exposição acima nos mostra como o Brasil tem se aproximado de regimes autoritários fascistas. A estratégia inicial é convencer a sociedade de que existe um perigo para a família, para as crianças, para a nação, para a religião e para a liberdade. Como exemplo dessa manipulação sobre a sociedade, pode-se citar a notícia falsa de que havia o chamado “kit gay” nas escolas, fato que sensibilizou uma grande parte da sociedade a se “mobilizar” (pelo voto) para proteger as crianças. Esse evento mostra como a sociedade foi convencida de que havia um perigo, uma literatura obscena que poderia atentar contra a infância, contra a moral e contra os “bons costumes”. Em geral, esse perigo da literatura aparece associado, também, ao comunismo; assim, seria o comunismo o responsável pelas obscenidades que iriam atentar contra a família. É a partir dessa ideologia, baseada sobretudo na mentira e na propagação do medo, que se propõem medidas que vão desafiando a própria Constituição.

3. A ditadura no Brasil

No contexto brasileiro, o golpe militar de 31 de março de 1964 também marcou negativamente a história do país. Assim como em outros regimes autoritários, uma das primeiras providências, tomada pelos militares, foi restringir a liberdade de expressão e opinião, numa tentativa de coagir, limitar, silenciar ou eliminar aqueles que discordavam da ditadura.

Uma das estratégias utilizadas pela ditadura brasileira foi construir uma narrativa para sustentar a ideologia de que não era autoritária e que se tratava de um regime militar transitório, com apoio e participação da sociedade civil. Argumentava-se sobre a necessidade de garantir a

segurança e o desenvolvimento do país, que estaria sob ameaça de organizações populistas ou de comunistas antidemocráticos. A ditadura contou também com o apoio do empresariado e das oligarquias rurais e se estendeu por mais de vinte anos.

Com relação à censura à cultura e aos livros, Sandra Reimão, no texto “Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil”, 1964-1978, traça um panorama informativo, explicitando que nos primeiros anos pós-golpe “A estratégia básica do governo militar, no que tange à circulação das produções culturais entre 1964 e 1969, foi, como salientou R. Schwarz, a de ‘preservar a produção cultural’, mas ‘liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa’.” (Reimão, 2020, p. 2)

As formas de silenciamento passavam, também, pela legislação. De acordo com Sandra Reimão, em *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*, o Decreto-Lei n.1.077/70 regulamenta a censura prévia aos livros:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação; Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. Depois de anunciar o que deveria ser censurado, o mesmo decreto versa sobre as sanções: Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. [...] (Reimão, 2011, p. 23-24).

Ainda hoje, há um silenciamento acerca do terrorismo cultural promovido pela ditadura militar. Muitas pessoas ignoram ter havido a queima de livros de autores que se colocavam contra o autoritarismo e, em alguns casos, contra a ditadura. De acordo com Reimão: “[...] entre 1964 e 1968 (...) ações do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que ‘organizou pessoalmente o expurgo de bibliotecas, queimou livros de Eça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro’.” (Reimão, 2020, p. 4)

A queima de livros ocorrida no período do nazismo não foi suficiente para impedir que o ato acontecesse novamente durante a ditadura militar brasileira. Tal fato mostra como a propagação de mentiras, objetivando o medo, convence grande parte da população. É esse medo que permitiu aos militares permanecerem no poder por tanto tempo.

Ainda, de acordo com Reimão, o período mais ameaçador à cultura se daria com a publicação do Ato Institucional número 5 – AI-5, em 13 de dezembro de 1968:

Em nome da ‘autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo’, o presidente Costa e Silva edita o Ato Institucional número 5 – AI-5. A edição deste ato tornou possível cassar mandatos, suspender direitos políticos, suspender garantias individuais e criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas. Começam aí os chamados “anos de chumbo” ou, para usarmos a nomenclatura utilizada por Elio Gaspari, a ‘ditadura escancarada’ (Reimão, 2020, p. 6).

Para Alexandre Ayub Stephanou, nos primeiros anos da ditadura militar, as ações realizadas com intenção de confiscar materiais aconteciam improvisadamente sendo “[...] efetuadas por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado *subversivo*, contra o Regime, ou *pornográfico*, contra a família e os costumes” (Stephanou, 2001, p. 215).

A segurança nacional “atacada” pelo comunismo, mas, principalmente, o argumento de que existia um perigo ou um mal que podia prejudicar a família e os bons costumes voltam a ditar a política atual, com forte adesão de algumas igrejas cristãs, cuja representação tem voz entre os legisladores. Assim, o aparato de desinformação montado para defender e elogiar a ditadura exerce influência no imaginário de algumas pessoas, ainda hoje, fazendo com que muitos acreditem que o progresso justificou a ditadura, que a criminalidade diminuiu e que a nação se manteve organizada. Falas absurdas em defesa à ditadura e em defesa de ditadores e torturadores foram ditas por quem deveria ter a autoridade e a visibilidade para condenar esse período antidemocrático e para condenar a ditadura militar e os torturadores.

O contexto brasileiro dos últimos anos mostra que a circulação de notícias falsas acontece com facilidade e rapidez pelas redes sociais, prejudicando toda a sociedade. Informações não confiáveis circulam livremente e acabam sendo tomadas como verdadeiras por uma parte da população que não reflete sobre o que está sendo compartilhado. A falha da mídia, ao tomar posicionamentos políticos, debilitou o jornalismo, e os recentes ataques à imprensa, por parte de altas

autoridades, contribuem para fragilizar a informação e legitimar notícias enganosas, que circulam como se fossem verdadeiras.

4. O projeto “Escola sem partido”

Como consequência dos atuais posicionamentos antidemocráticos, ganhou destaque, nos últimos anos, o projeto intitulado “Escola sem partido”. As explicações e justificativas para tal projeto foram uma mistura de legislação, de aspectos ligados à religião, tais como a moral e os bons costumes, de uma luta contra a “ideologia de gênero” e contra a “esquerda comunista”, que, segundo os propositores, tinham campo fértil nas escolas e na voz de professores “doutrinadores”.

A análise de Gaudêncio Frigotto é bastante elucidativa acerca da proposta do “Escola sem partido”. Ao analisar e comparar o filme “O ovo da serpente”, de Ingmar Bergman, com essa proposta de escola, Frigotto “sinaliza o risco que vivemos hoje no Brasil, com indícios claros do clima de desagregação social, de produção do ódio às diferenças e de preparação de uma atmosfera de perseguição que, no caso da Alemanha e da Itália, colimou na monstruosidade do nazismo e do fascismo” (Frigotto, 2018, p. 17).

Nesse contexto de censura, disfarçada de democracia e de liberdade, Frigotto nos alerta para o fato de que o “Escola sem partido”, proposta autoritária chamada, inclusive, de Lei da Mordação, era na verdade a defesa de um partido absoluto e único e que, por conseguinte, possuía um sentido ideológico e político forte:

Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. (Frigotto, 2018, p. 18).

O autor continua apontando para “A relação entre os mecanismos jurídicos formais que sustentaram e consumaram o golpe [contra a presidenta Dilma e contra o povo] e as teses do Escola sem Partido de incriminar os docentes tem na delação, com base no arrependimento ou discordância moral, seu fundamento mais ardiloso e perverso [...]” (Frigotto, 2018, p. 30). Frigotto resume sabiamente o grave momento pelo qual estamos passando ao citar Giorgio Agamben (2015, p. 117): “não há indício mais certo da ruína irreparável de toda a experiência

ética que a confusão entre categorias ético-religiosas e conceitos jurídicos, que chegou hoje ao paroxismo” (Frigotto, 2018, p. 30).

Assim como na ditadura militar, o projeto “Escola sem Partido” teve apoio de uma parte da sociedade, dos detentores do capital e dos detentores da mídia. De acordo com Frigotto:

Com efeito, o golpe tem sua gênese e sustentação nas confederações e institutos privados que representam os grupos detentores do capital local e mundial; na grande mídia monopolista empresarial, parte e braço político e ideológico destes grupos; em setores e figuras do Poder Judiciário, inclusive na mais alta Corte, uma cínica expressão do torto direito e da justiça; em setores do Ministério Público e da Polícia Federal; em parte nas diferentes denominações religiosas, especialmente aquelas que tornaram “deus” uma mercadoria abstrata, explorando monetariamente a fé simples de fiéis; em universidades onde, como temia Milton Santos, estão se formando, especialmente nos cursos de mais prestígio econômico e social, deficientes cívicos. No campo da educação, o núcleo empresarial golpista e seus intelectuais aninham-se sob a aparência cívica do “Todos pela Educação” e do “Escola sem Partido” (Frigotto, 2018).

A política por trás de tal projeto também pretende o silenciamento das vozes discordantes. Ao contrário da censura autoritária imposta pelo AI-5, durante o período da ditadura militar, agora a pretensão é ser mais sutil, dando a impressão de se tratar de um projeto democrático. De acordo com Frigotto, trata-se na verdade da defesa de uma “escola do partido absoluto e único”: “[...] partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.. ” (Frigotto, 2018). Nota-se, portanto, uma ameaça latente à liberdade e à democracia.

A argumentação em torno do que pode destruir a infância, a família, a pátria, a religião e a moral, forma a base estratégica para se disseminar o medo e criar o pânico. Difunde-se com tanta frequência as notícias falsas e alarmistas, associadas a imagens tão aterradoras, que se começa a acreditar em tais mentiras. O medo faz com que a emoção se sobreponha à razão, faz com que se ignore e distorça a realidade e a própria história.

5. Sobre Ferreira Gullar, *Poemas Escolhidos* e a ameaça de censura

Recentemente, presenciamos a tentativa de censura a livros. Tal ameaça ocorreu no atual Governo de Rondônia¹. De acordo com o Portal do Governo do Estado de Rondônia, o atual governador é Coronel da Polícia Militar do Estado e atuou em diferentes setores da corporação, tendo sido também, Secretário Municipal de Educação de Porto Velho, Secretário Estadual de Justiça, até assumir o cargo de governador, no dia 01 de janeiro de 2019².

A eleição do governador de Rondônia coincide também com a eleição do ex-presidente Bolsonaro. A ideologia e as tendências políticas de ambos se aproximam. Foi eleito, também, pelo Partido Social Liberal (PSL), sob a tríade “bíblia, boi e bala”, ou seja, sob a influência da religião, do agronegócio e do armamentismo. É nesse contexto de ataques à escola, vista por alguns conservadores como doutrinação, como disseminadora do comunismo e de obras que atentam contra as crianças, contra a família, contra a religião e contra a moral e os “bons costumes”, acentuados pelas notícias falsas de um suposto “kit gay”, que se produziu um documento, pela Secretaria de Estado da Educação, solicitando a retirada de quarenta e três obra literárias das bibliotecas da Rede Estadual de Ensino.

Dentre as obras censuradas, encontram-se grandes nomes da Literatura Brasileira, tais como Machado de Assis, Caio Fernando de Abreu, Mário de Andrade, Carlos Heitor Cony, Rubem Fonseca, Nelson Rodrigues e Ferreira Gullar, além de uma nota de observação colocada abaixo da lista, solicitando a recolha de todos os livros de Rubem Alves. A motivação para esse ato inconstitucional é causar o silenciamento da crítica à ditadura militar (muitos dos autores listados foram críticos da ditadura – Ferreira Gullar, por exemplo, foi

¹ A lista foi divulgada por diferentes noticiários: “Leitores postam fotos de livros censurados pelo governo de Rondônia - Entre os 43 títulos da lista os mais citados foram “Memórias Póstumas de Brás Cubas” e “Macunaíma”” (Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/02/leitores-postam-fotos-de-livros-censuradas-pelo-governo-de-rondonia.shtml>); “Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia - Governo do PSL apoiado pela tríade “bíblia, boi e bala” manda recolher livros “inadequados”. Medida, depois revertida, não é um fenômeno isolado na política local” (Cf. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>); “Governo de Rondônia determina recolhimento de livros das escolas e recua - Professores e outros funcionários da rede conseguiram acessar o documento, datado de quarta-feira (5), no sistema interno do governo” (Cf. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/02/06/interna_politica,1120089/governo-rondonia-determina-recolhimento-de-livros-das-escolas-e-recua.shtml).

² Portal do Governo de Rondônia. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/portal/o-governador/>. Acesso em: 15 out. 2022.

perseguido e precisou se exilar). Percebe-se, com essa atitude, a tentativa de apagamento da cultura crítica expressa por diferentes autores com relação à igreja, ao conservadorismo e à hipocrisia da sociedade brasileira. A atual censura é uma forma de negar a história e forjar uma imagem positiva e democrática da ditadura militar, o que explica, por exemplo, a atitude absurda de algumas pessoas pedirem, na atualidade, por uma “intervenção militar”, ignorando e, em alguns casos, até mesmo concordando com todos os crimes cometidos naquele período.

A circulação de notícias falsas faz parte do contexto brasileiro dos últimos anos e se intensifica quando é preciso apoio social a medidas políticas impopulares ou mesmo antidemocráticas. As narrativas falsas espalham a mentira na tentativa de causar o medo e a adesão da sociedade à ideologia do governo (deus, pátria e família) e estão na base dessa estratégia de censura. Muitos se identificam tão completamente com tais ideologias que se negam a buscar informações seguras. De acordo com Tales Ab’Saber:

É a mesma razão ou a mesma forma de racionalizar: ‘Não me interessa a história, só me interessa a história que me interessa’. Essa forma funciona tanto mais quanto mais agrega pessoas a ela, quanto mais convoca identificações. De fato, ela é uma máquina simbólica mentirosa, reproduzida com estruturas contemporâneas de circulação de dados, carregada de afetos que convidam à identificação (Ab’Saber, 2021, p. 53-54).

O medo do comunismo, utilizado como argumentação durante o nazismo e o fascismo e, posteriormente, durante a ditadura militar no Brasil, é novamente empregado para provocar o pânico e convencer as pessoas de que existe um risco para as crianças, para a família, para a liberdade, para a pátria, para a religião:

Isso que está ocorrendo é uma organização de paranoia anticomunista, uma falácia fantástica, dada a real ausência de comunismo no governo de mercado da esquerda petista. [...] Foi preciso reinventar esse inimigo, reafirmar que se tratava de um governo comunista, nestes termos: um governo que roubava para fazer a revolução comunista iminente. Isso acabou, porque nunca encontraram nenhum comunista. [...] Eles então relançaram a paranoia em outros termos: a guerra cultural, fundamentalmente antidemocrática. O comunista passou a ser o artista pedófilo, inventado, o professor crítico, odiado, o artista crítico, como Chico Buarque, desprezado, e se iniciou um ataque geral à cultura. A própria cultura democrática seria, então, o novo comunismo. [...] Uma saída genial do espírito da paranoia: como tudo é cultura, ter a cultura por inimigo é perpetuar a força da própria persecutoriedade. Tudo é cultura, tudo é

comunismo, como se a sociedade precisasse dos neofascistas para enfrentar tudo. Tudo isso é muito bárbaro (Ab'Saber, 2021, p. 55-56).

Criar um inimigo é a estratégia perfeita para assegurar a adesão daqueles que se identificam com os posicionamentos do ex-presidente, que foi se moldando para agradar cada parcela da sociedade, seja através da religião, seja por meio do medo do comunismo, seja pela xenofobia, seja pelo desprezo aos mais pobres e às minorias, seja pelo incentivo à violência armamentista e apoio ao agronegócio predador e ambientalmente destrutivo.

Essa estratégia se aproxima do fascismo, como bem descrito por Ab'Saber, que aponta para a existência de um fascismo comum, no caso do Brasil:

[...] – comum entendido aqui tanto como partilhado, quanto como ordinário e cotidiano – e aos meios e modos de sua construção – porque ele também foi construído -, de sua confirmação – porque ele também é a reiteração de velhas manias autoritárias brasileiras – e de sua circulação em uma espécie contemporânea de processo de gestão psíquica do poder. [...] composta tanto de certas estratégias de linguagem como também de afeto, envolvendo sistemas de comunicação contemporâneos que representam interesses de classe e atuam como verdadeiras máquinas de poder, movidas por interesses próprios (Ab'Saber, 2021, p. 41).

É dentro desse contexto histórico que a obra *Poemas Escolhidos*, de Ferreira Gullar, será, brevemente, comentada, de modo a destacar os conteúdos que, possivelmente, levaram a uma tentativa de censura a obras literárias, em pleno século XXI. O estudo será, também, uma forma de alerta à sociedade, para que esteja atenta aos ataques à literatura, à educação, à cultura e à própria democracia.

Ferreira Gullar foi o sétimo ocupante da cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras. Foi eleito em 9 de outubro de 2014, na sucessão de Ivan Junqueira. O nome do poeta era José de Ribamar Ferreira, nasceu em São Luís do Maranhão, em 10 de setembro de 1930, numa família de classe média pobre e faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 2016. Escreveu poemas sobre política e participou da luta contra a ditadura militar que se havia implantado no país, em 1964. Foi processado e preso na Vila Militar. Precisou abandonar a vida legal, passar à clandestinidade e, depois, ao exílio. Deixou clandestinamente o país e foi para Moscou, depois para Santiago do Chile, Lima e Buenos Aires. Retornou ao Brasil em 1977, quando foi preso e

torturado. Libertado por pressão internacional, voltou a trabalhar na imprensa do Rio de Janeiro e, depois, como roteirista de televisão³.

Poemas Escolhidos foi organizado por Walmir Ayala e tem textos de diferentes obras produzidas por Ferreira Gullar. Os poemas que compõem o livro foram selecionados das seguintes obras: *A luta corporal* (1954), *O vil metal* (1960), *Poemas concretos neoconcretos (s/d)*, *Dentro da noite veloz* (1975), *Poema sujo* (1976), *Na vertigem do dia* (1980), *Barulhos* (1987).

Na nota do organizador, Walmir Ayala escreve a seguinte passagem sobre Gullar: “Ele exilado, participante, inimigo aberto de um regime de exceção que nos marcou por rasgos de violência e desrespeito à crítica e à liberdade [...]. Mas tudo acaba, como acabaram a ditadura e o exílio, e o tivemos de volta, hoje instalado como um dos grandes poetas contemporâneos do Brasil.” (2015, p. 7)

De *Poemas Escolhidos* serão destacadas algumas passagens em que o autor critica a ditadura, condena a inconstitucionalidade dos atos ditatoriais e também a crueldade das prisões arbitrárias e da tortura àqueles que se opunham a tal regime. No poema MAIO 1964, da obra *Dentro da noite veloz*, Gullar escreve:

[...] Esse direito de estar no mundo [...] / Esse direito de todos / que nenhum ato / institucional ou constitucional / pode cassar ou legar / Mas quantos amigos presos! / quantos em cárceres escuros / onde a tarde fede a urina e terror. / Há muitas famílias sem rumo esta tarde / nos subúrbios de ferro e gás / onde brinca irremida a infância da classe operária (Gullar, 2015, p. 48).

No poema DOIS E DOIS: QUATRO, também da obra *Dentro da noite veloz*, Gullar escreve: “– sei que dois e dois são quatro / sei que a vida vale a pena / mesmo que o pão seja caro / e a liberdade, pequena.” (Gullar, 2015, p. 49). O autor aponta para os desafios da vida: preços altos, a fragilidade da liberdade, tendo em vista a instalação da ditadura. Ainda hoje pode-se perceber o quanto a liberdade é frágil diante de todas as tentativas de silenciar as vozes contrárias àqueles que estão no poder e que flertam constantemente com a ditadura militar, com ditadores e com torturadores.

A obra em que há mais menções à ditadura e aos crimes cometidos por ela é *Dentro da noite veloz*, obra publicada em 1975, durante a ditadura militar, tornando-se, portanto, um documento literário e

³ Cf. Biografia de Ferreira Gullar, Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1042/biografia>. Acesso em 15 out. 2022.

histórico acerca da luta contra a ditadura, em favor da liberdade e da democracia. No poema BOATO, Gullar escreve sobre o contexto daquele período: “[...] Como ser neutro, fazer / um poema neutro / se há uma ditadura no país / e eu estou infeliz? / Ora eu sei muito bem que a poesia / não muda (logo) o mundo. / Mas é por isso mesmo que se faz poesia: / porque falta alegria. / E quando há alegria / se quer mais alegria!” (Gullar, 2015, p. 58). Gullar critica a neutralidade de uma parte da sociedade diante da ditadura militar. A neutralidade favorece apenas o silenciamento e a censura e contribui para a perpetuação de movimentos antidemocráticos.

A leitura da obra mostra que as possíveis motivações para a censura são semelhantes àquelas instauradas durante os períodos ditatoriais do fascismo, do nazismo e da ditadura militar. Objetivou o silenciamento das vozes discordantes, já que alguns poemas apresentam críticas à ditadura, à tortura, à desigualdade, às tentativas de limitar a liberdade e o acesso ao livro e à cultura.

Portanto, censurar tal obra é manter o apagamento e favorecer o esquecimento desse período grave para a sociedade brasileira. Além disso, é impedir o contato com os demais poemas, cuja temática é bastante variada e expressa através de construções poéticas que mostram a força das palavras. Assim, de acordo com Eurídice Figueiredo “O país ainda está aguardando que as Forças Armadas liberem arquivos secretos em seu poder e façam um pedido formal de desculpas pela tortura e morte de pessoas, realizadas em dependência militares, oficiais ou clandestinas. ” (Figueiredo, 2017, p. 20). O que se percebe, contudo, é o oposto: a tentativa de “recontar” a história, escondendo os horrores da ditadura militar e reforçando a ideia de que havia um inimigo a ser enfrentado para “salvar” o Brasil.

A anistia concedida aos responsáveis pela ditadura, de acordo com Figueiredo, significou amnésia, esquecimento dos horrores cometidos naquele período e, como consequência dessa amnésia, percebemos a facilidade de produzir discursos enganadores e mentirosos acerca daquele momento:

No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção. Enquanto houver esse ‘vácuo de justiça’ (FUKS, 2016), ou seja, enquanto vigorar essa lei iníqua que perdoou os torturadores e os assassinos, o Brasil não ousará olhar para seu passado, continuará sendo um país desmemoriado [...] (Figueiredo, 2017, p. 26).

Nota-se, desse modo, que a sanha pelo controle da escola, pela privatização, pelo silenciamento do pensamento é uma forma de censura na atualidade. Age discretamente para não ser questionada, produz mentiras e medo para ter apoio popular. Produz discursos sob aparência democrática. Portanto, a sociedade deve estar atenta às tentativas de censura e se manter constantemente na luta pela liberdade.

Do exposto, podemos perceber que o Escola sem Partido, a ofensiva religiosa contra o que se chamou de “ideologia de gênero”, as notícias falsas sobre escolas e universidades como centros de doutrinação comunista, os movimentos antidemocráticos, as mentiras produzidas e disseminadas para culpar o outro são todos discursos que recuperam o passado de censura: a Inquisição, o nazismo e o fascismo, a ditadura militar no Brasil.

Trata-se de um movimento perigoso que tenta operar sobre o inconsciente coletivo de modo a normalizar o silenciamento e a censura, normalizar o “fascismo comum”, cotidiano, que distorce o significado de liberdade de expressão. São, desse modo, projetos que tentam impedir o pensamento crítico e a capacidade de reflexão autônoma. Utiliza-se de estratégias de identificação e de pertencimento a determinado grupo, manipulando as pessoas e homogeneizando a reação delas a partir de notícias falsas disseminadas e reproduzidas rapidamente por meio das redes sociais. É preciso, portanto, entender tal movimento e se colocar contra ele para evitar novas tentativas de censura, novas formas de normalização do fascismo e do silenciamento.

Considerações finais

Conhecer as funções e a importância da literatura para a sociedade é essencial para a defesa da liberdade de escrita, de expressão, defesa da própria escola, que deve ser um ambiente plural de aprendizagens, de ensino, de pesquisa e de divulgação da cultura, do pensamento, da arte e do saber. E, também, para a garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal, ela própria atacada constantemente por uma onda de mentiras e de ignorância veiculadas e amplificadas pelas redes sociais.

A literatura e a pesquisa de obras literárias, aliadas aos estudos da história, são essenciais para a formação humana e para o conhecimento sobre o passado, na tentativa de não repetir erros da

humanidade. Nesse sentido, as palavras de Antonio Candido resumem esse importante papel da literatura: “Ela (a literatura) não *corrompe* nem *edifica*, portanto, mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver. ” (Candido, p.176 - grifos do autor).

Conhecer a história do Brasil é entender a relação entre política e igreja e compreender a necessidade da laicidade do Estado. Trata-se, também, de entender como o passado colonial, escravista e ditatorial ainda se reflete no presente. Nesse sentido, a autora Simone de Beauvoir alerta sabiamente sobre a ameaça aos direitos: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os Direitos das Mulheres sejam questionados. Esses mesmos direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”. (Beauvoir, 1991). Ampliaremos a citação da autora para dizer que basta uma crise política, econômica, religiosa, moral e ética, como a que se vive, hoje, no Brasil, para que todos os direitos sejam questionados, inclusive aqueles garantidos pela Constituição Federal de 1988, que assegura no inciso IX do artigo 5º “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” e no parágrafo 2º do artigo 220, no capítulo reservado à Comunicação Social: “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.”. Portanto, é preciso que a sociedade esteja sempre vigilante. É preciso lembrar-se do passado, pois “Ao rememorar as vítimas, a arte suscita a reflexão, na esperança de que não ocorram novas catástrofes. ” (Figueiredo, 2017, p. 35)

Trata-se de um direito essencial e que não deve ser negado ao ser humano: “Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Candido, p. 191). É um direito que pode contribuir para uma melhor adequação do sujeito nesse mundo desajustado e desigual. Aproveitando-se do pensamento de Paulo Freire, pode-se dizer que a literatura não muda o mundo, mas pode mudar o leitor, tornando-o capaz de mudar o mundo.

É preciso considerar, portanto, que a literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia, porque está sintonizada às emoções e à empatia. Assim, ela percorre caminhos da experiência que os outros discursos desconsideram. Importante dizer também que a literatura é

um exercício de pensamento, uma experimentação dos possíveis (Compagnon, 2009). Censurar uma obra literária é impedir o contato com poemas significativos no passado e no presente. Portanto, entende-se a necessidade de não se permitir que a censura se efetive e que a sociedade continue se opondo à tais movimentos censores que agem em prol da ignorância e da disseminação de informações falsas. É preciso ir contra todas as tentativas de silenciamento.

Referências

AB'SABER, Tales. Ilusão, convicção e mentira: linguagem e psicopolítica da pós-verdade. In: Org. PIOVEZANI, Carlos. CURCINO, Luzmara. SARGENTINI, Vanice. *Discurso e (Pós)verdade*. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2021. (p. 41-57)

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. São Paulo, 1991.

BELÉM, Euler de França. *A marcha da insensatez: redes sociais estão destruindo a sociedade civil*. Disponível em: <https://www.revistabula.com/12570-a-marcha-da-insensatez-redes-sociais-estao-destruindo-a-sociedade-civil/>. Acesso em: 09 maio 2020.

BIOGRAFIA de Ferreira Gullar. *Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1042/biografia>. Acesso em 04 maio 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2020.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996*. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL, Paula. *O bibliocausto nazista: a destruição de livros judaicos durante o Terceiro Reich*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Curso de Biblioteconomia. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147274>. Acesso em 04 maio 2022.

BRITTO, Rossana G.. Visitadores das naus: livros nocivos e mercadorias proibidas pela inquisição portuguesa nos séculos XVI e XVII. *Revista Tempo Amazônico* - ISSN 2357-7274 | V. 2 | N.2 | jan - jun de 2015 | p. 112-125.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. S. P.: Duas Cidades, 1995. (169-191)

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. – 1. ed. - Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 2ª reimpressão, 2018.

GOVERNO de Rondônia. *Portal do Governo do Estado de Rondônia*. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/portal/o-governador/>. Acesso em maio 2022.

GULLAR, Ferreira. *Poemas escolhidos*. Organização Walmir Ayala. – [Ed. especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. (Coleção 50 anos)

NEMESIO, Maria Inês. <<Índices de livros proibidos no século XVI em Portugal: à procura da 'Literatura'>>. Disponível em: https://www.academia.edu/8942397/%C3%8Dndices_de_livros_proibidos_no_s%C3%A9culo_XVI_em_Portugal_%C3%A0_procura_da_Literatura_.Por_Maria_In%C3%AAs_Nem%C3%A9sio. Acesso em 14 jul. 2022.

PINTO, Felipe Martins. A INQUISIÇÃO E O SISTEMA INQUISITÓRIO. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 56, p. 189-206, jan./jun. 2010.

PIOVEZANI, Carlos. CURCINO, Luzmara. SARGENTINI, Vanice. O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. In: Org. PIOVEZANI, Carlos. CURCINO, Luzmara. SARGENTINI, Vanice. *Discurso e (Pós)verdade*. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2021. (p. 7-18)

RANINOVITCH, Gérard. PREOCUPA O TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO. Notas críticas a Modernidade e Holocausto, de Zygmunt Bauman. *Ágora*, v. VI n. 2 jul/dez 2003 301-320. (Tradução de Simone Perelson)

REIMÃO, Sandra. *Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978*. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf. Acesso em 09 maio 2020.

_____. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo, USP, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/pt-br.ph>. Acesso em 14 jul. 2022.

ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, p. 355-378, maio-agosto 2017.

SILVA, Silvia Cortez. O Rol dos livros defesos: a censura a serviço da Igreja e do Estado. *CLIO – Série História do Nordeste* n.16 – 1996, p. 133-141.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. A Problemática das Mentalidades e a Inquisição no Brasil Colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. n. I, 1988, p. 167-171.

Recebido em: 10 de Dezembro de 2023

Aceito em: 21 de Março de 2024